



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Registro de preços para a eventual contratação de empresa para fornecimento de microcomputadores portáteis tipo "notebooks", com garantia técnica "on-site" de 36 meses, conforme as quantidades e condições estabelecidas neste instrumento.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Microcomputadores portáteis tipo "Notebooks" exercem função de apoio essencial à execução de diversas atividades pelos servidores e unidades do TRE/SC, oferecendo maior mobilidade à estação de trabalho, possibilitando o seu uso, por exemplo, nos diversos locais de eventos relacionados às Eleições no estado de Santa Catarina, nos treinamentos presenciais de instrutores para equipes das zonas eleitorais, nas reuniões com clientes e colaboradores externos, na participação em congressos, nas visitas institucionais, nas viagens a serviço, no teletrabalho, no acesso a processos administrativos e judiciais eletrônicos, na comunicação instantânea entre usuários e equipes, no aprendizado remoto, entre outros inúmeros benefícios.

Para tanto, é necessário que estejam atualizados tecnologicamente, suportando os requisitos das aplicações e dos sistemas a serem utilizados, bem como apresentando o desempenho esperado pelos usuários de modo a permitir um trabalho efetivo e produtivo. No curto prazo, a não atualização e a obsolescência tecnológica do parque de estações de trabalho podem acarretar reinicializações inesperadas, perdas de dados em processamento, indisponibilidades parciais dos serviços, falhas na atualização do sistema operacional, aumento do número de paradas, dificuldades de uso, quedas de performance, entre outros incidentes não desejados. A longo prazo, contribuem para o surgimento de problemas para a gestão dos ativos, tais como a inexistência de componentes para manutenções corretivas, incompatibilidades de software, dificuldades na implantação de soluções de TI e, sobretudo, indisponibilidades totais na operação do equipamento, prejudicando o atendimento das demandas de usuários internos e externos.

Além da necessidade de atualização tecnológica pela substituição dos equipamentos mais antigos do parque do TRE/SC, há demanda para aumento da disponibilidade dos equipamentos às equipes das zonas eleitorais, bem como para a realização de edição e produção de materiais gráficos e audiovisuais durante os eventos da Assessoria de Comunicação Social do TRE/SC.

Desse modo, visando reduzir a indisponibilidade das estações de trabalho por meio da atualização do parque tecnológico de microcomputadores tipo notebooks com a substituição de equipamentos de avançado tempo de uso e defasados tecnologicamente, bem como visando ampliar a oferta de estações de trabalho portáteis, de modo que os servidores e colaboradores da sede e dos cartórios da Justiça Eleitoral catarinense possam exercer suas atribuições com eficiência e produtividade, planeja-se a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de microcomputadores portáteis tipo "Notebooks" ao TRE/SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.2. Objetivos e Benefícios

As contratações visam reduzir as indisponibilidades das estações de trabalho por meio da atualização tecnológica do parque, propiciando o uso de equipamentos com capacidade de processamento adequada à execução dos softwares a serem utilizados por servidores e colaboradores do TRE/SC durante a realização de suas atribuições funcionais. Os notebooks a serem adquiridos e utilizados em projetos audiovisuais da Assessoria de Comunicação Social deverão propiciar agilidade e eficiência às ações da unidade, agilizando a produção e a divulgação dos materiais e auxiliando a prestação de serviços de qualidade à Justiça Eleitoral catarinense.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none">• RE1 - Satisfação dos usuários de TIC;• RE2 - Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC;
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none">• AE04 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais;• AE06 - Manter parque tecnológico atualizado;

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n.º 25.741/2021, bem como o Documento de Oficialização da Demanda encaminhado pela Assessoria de Comunicação Social, constante do Processo Administrativo Eletrônico n.º 8.141/2021.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Bem / Serviço	Demanda prevista	Quantidade a ser contratada
Microcomputador portátil notebook tipo 1 (uso geral)	170	170
Microcomputador portátil notebook tipo 2 (avançado)	10	10

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser contratado é de natureza comum, possuindo características usualmente encontradas no mercado, assim como padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, conforme especificações técnicas mínimas detalhadas e constantes do Item 3 - "Especificação Técnica Detalhada" deste documento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item	Objeto	Quantidade
1	Microcomputador portátil notebook tipo 1 (uso geral)	170 unidades
2	Microcomputador portátil notebook tipo 2 (avançado)	10 unidades

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

A contratação será parcelada em dois itens. A adjudicação será por item.

2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à Qualificação Técnica, deverá ser exigido:

- 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”, pelo procedimento do Sistema de Registro de Preços.

2.12. Impacto Ambiental

2.12.1. Dos resíduos sólidos

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE/SC e às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a empresa contratada deverá se responsabilizar pelo mecanismo de logística reversa.

2.12.2. Da limitação à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE/SC, será exigido que certas substâncias químicas perigosas sejam limitadas quanto ao seu uso nos processos de fabricação dos produtos ofertados. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de Certificado de Rotulagem Ambiental (“Rótulo Ecológico”) emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; ou
- b) Apresentação de Certificado de conformidade com a Diretiva RoHS, emitido por organismo acreditado pela ABNT, INMETRO ou instituição internacional similar; ou
- c) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos com a Diretiva ROHS.

2.12.3. Da avaliação do desempenho ambiental dos produtos

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE/SC, será exigida compatibilidade dos produtos ofertados com normas ambientais de sustentabilidade. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de Certificado de Rotulagem Ambiental (“Rótulo Ecológico”) emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; ou
- b) Apresentação de Certificado EPEAT ou indicação de que o equipamento consta do site www.epeat.net na categoria “BRONZE” ou superior; ou
- c) Apresentação de Certificado de conformidade com a norma IEEE 1680, emitido por organismo acreditado pela ABNT, INMETRO ou instituição internacional similar; ou
- d) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos com as normas ambientais de sustentabilidade nacionais.

2.13. Conformidade Técnica

2.13.1. Da avaliação da segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE/SC e ao Decreto n.º 7.174 de 12/05/2010, será exigido que os produtos ofertados atendam aos requisitos estabelecidos na Portaria Inmetro n.º 170/2012, garantindo a conformidade dos bens e visando a diminuição de acidentes, o



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

aumento da qualidade e a diminuição do consumo de energia. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de certificado emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; ou
- b) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos com os requisitos nacionais de segurança para o usuário e instalações, de compatibilidade eletromagnética e de consumo de energia.

2.13.2. Da homologação ANATEL

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE/SC, será exigido que os produtos tenham certificação de homologação pela ANATEL para dispositivo sem fio, comprovada por meio da respectiva etiqueta afixada ao equipamento, com validade vigente.

2.14. Obrigações da Proponente

- 2.14.1. A empresa proponente deve disponibilizar todos os informativos técnicos necessários à análise da proposta quanto ao atendimento dos requisitos técnicos exigidos.

2.15. Obrigações da Contratante

- 2.15.1. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;
- 2.15.2. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE/SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- 2.15.3. Efetuar o recebimento definitivo em até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

2.16. Obrigações da Contratada

- 2.16.1. Fornecer os produtos no prazo e nas demais condições e especificações constantes da proposta;
- 2.16.2. Entregar os produtos à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
 - 2.16.2.1. Os produtos entregues deverão ser novos (de primeiro uso) e idênticos, com componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.2.2. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens de materiais recicláveis, individuais e lacradas, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;
- 2.16.2.3. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos produtos;
- 2.16.2.4. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;
 - 2.16.2.4.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
 - 2.16.2.4.2. Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
- 2.16.3. Dar garantia técnica aos produtos, prestando assistência técnica local ("on-site"), sob demanda, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo;
 - 2.16.3.1. Obrigar-se a realizar, dentro do prazo de garantia, manutenções corretivas dos equipamentos, ou seja, reparações, sob demanda, de vícios e defeitos eventualmente verificados nos equipamentos, realizando a troca de peças, baterias, placas e componentes sempre que necessário ao adequado funcionamento do produto e de suas partes, exceto quando comprovado mau uso, imperícia ou negligência dos usuários, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
 - 2.16.3.2. Fornecer peças de reposição originais durante todo o período de garantia, podendo ser utilizadas peças de tecnologia mais recente, também originais, de desempenho igual ou superior;
 - 2.16.3.3. Disponibilizar atendimento técnico, dentro do horário comercial, para abertura de chamados durante o período de garantia dos equipamentos ofertados, devendo ser informados ao Gestor do Contrato, no mínimo, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência e abertura do chamado, podendo haver uso, adicionalmente, de sistema de atendimento eletrônico na Internet (web);
 - 2.16.3.4. Prestar as assistências técnicas na Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis, SC, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;
 - 2.16.3.5. A Contratada deverá solucionar o defeito apresentado em um prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do dia de abertura do chamado, para retorno do equipamento à plena operação;
 - 2.16.3.6. Manter seus funcionários, quando em serviço nas dependências do TRE/SC, devidamente identificados por crachá, devendo responder por quaisquer



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

danos, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a prestação dos serviços;

- 2.16.3.7. Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer dado pessoal de usuários ou de terceiros a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de assistência técnica, executando o objeto em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- 2.16.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE/SC;
- 2.16.5. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. ITEM 1 - Microcomputador portátil notebook tipo 1 (uso geral), com os seguintes requisitos mínimos:

TIPO

- 3.1.1. Microcomputador portátil tipo “*Notebook*”;

PROCESSADOR

- 3.1.2. Ser próprio para o segmento *Mobile* (não serão aceitos processadores para segmento *Desktop*);
- 3.1.3. Possuir pontuação “*CPU Mark*” de, no mínimo, 6.400 pontos segundo os resultados de benchmark publicados em: www.cpubenchmark.net/cpu_list.php para o processador;
- 3.1.4. Além da pontuação mínima exigida no item anterior, o processador ofertado deverá constar da respectiva lista de processadores suportados pelo sistema operacional Microsoft Windows 11, disponíveis em:
- Processadores AMD:
<https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/design/minimum/supported/windows-11-supported-amd-processors>;
 - Processadores INTEL:
<https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/design/minimum/supported/windows-11-supported-intel-processors>;
- 3.1.5. Suportar sistemas e conjuntos de instruções operacionais de 32 e 64 bits;
- 3.1.6. Suportar tecnologias de extensões de virtualização;
- 3.1.7. Suportar memórias padrão DDR4 2400 MHz (ou superior);
- 3.1.8. Possuir controladora de vídeo integrada, com resolução mínima de 1920x1080, taxa de atualização mínima de 60 Hz, compatível com os padrões DirectX 12, HDMI 1.4 e *Plug-*



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

and-Play, com suporte a, no mínimo, 2 (dois) monitores independentes (imagens diferentes em cada monitor);

- 3.1.9. Possuir sistema de dissipação de calor eficiente e corretamente dimensionado;
- 3.1.10. O modelo de processador ofertado não deve ter atingido a fase de fim do ciclo de vida útil (“*End-Of-Life*” ou “*Discontinued*”);
- 3.1.11. A marca/família e o código completo do processador ofertado devem estar explicitados na proposta comercial;

PLACA-MÃE

- 3.1.12. Possuir suporte total às características especificadas para o processador, controladora de vídeo, memória e dispositivo de armazenamento;
- 3.1.13. Possuir chipset plenamente compatível com o processador cotado, com suporte a tecnologias que implementam extensões de virtualização de I/O;
- 3.1.14. Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (*TPM - Trusted Platform Module*), versão 2.0 ou superior, com implementação discreta, integrada ou de *firmware*;

BIOS/UEFI

- 3.1.15. Ser do idioma Português ou Inglês;
- 3.1.16. Ser atualizável por software e compatível com padrão *Plug-and-Play*;
- 3.1.17. Possuir senha de proteção para acesso;
- 3.1.18. Permitir inserção de código de identificação do equipamento no BIOS com, no mínimo, 8 (oito) dígitos;
- 3.1.19. Permitir inicialização (*boot*) pela rede (“*PXE*”) e por USB;

MEMÓRIA RAM

- 3.1.20. Possuir memória de trabalho (RAM) total instalada de, no mínimo, 16 GB (dezesesseis gigabytes) DDR4 2400 MHz ou superior;

ARMAZENAMENTO

- 3.1.21. Possuir 1 (uma) unidade de disco de estado sólido SSD interna, padrão PCIe NVMe M.2 com capacidade nominal de armazenamento mínima de 256 GB;

PORTAS

- 3.1.22. Possuir 1 (uma) porta RJ-45 padrão 10/100/1000 Mbps, não sendo aceita solução USB para interface de rede;
- 3.1.23. Possuir, no mínimo, 3 (três) portas USB, sendo ao menos 2 (duas) portas do padrão USB 3.2 Gen 1 (4.8 Gbps) ou superior Tipo-A ou Tipo-C (desde que, neste último caso, sejam fornecidos adaptadores externos para conversão de cada porta do Tipo-C para o Tipo-A);
- 3.1.24. Possuir conectores (ou conector “combo”) para entrada de microfone e saída de áudio, não sendo aceita solução USB para interface de áudio;
- 3.1.25. Possuir 1 (uma) porta HDMI 1.4 (ou superior), ou DisplayPort 1.2 (neste caso deve acompanhar adaptador para HDMI);

ÁUDIO

- 3.1.26. Possuir controladora de som integrada, estéreo de 16 bits;
- 3.1.27. Possuir alto-falantes internos estéreos integrados;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

REDE

- 3.1.28. Possuir controladora de rede Gigabit Ethernet totalmente compatível com os padrões IEEE 802.3, IEEE 802.3u e IEEE 802.3ab, com suporte a auto-negociação, *Full Duplex*, *Plug-and-Play*, *Wake-on-LAN* e configurável por software;
- 3.1.29. Possuir controladora de rede sem fio compatível com padrão *Wi-Fi* 802.11ac e suporte a *Bluetooth* 4.2 ou superior;

MONITOR

- 3.1.30. Possuir monitor de vídeo integrado tipo tela plana com retroiluminação por LED, de tamanho mínimo 14" e máximo de 15,6" na diagonal, resolução HD (ou superior) e tecnologia antirreflexo;

TECLADO

- 3.1.31. Possuir teclado integrado, padrão ABNT2 (com todos os caracteres da língua portuguesa, incluindo "ç" e acentuação);
- 3.1.32. Ser resistente ao desgaste e ao respingo de líquidos, com teclas pretas ou cinzas;

MOUSE/APONTADOR

- 3.1.33. Possuir painel tátil apontador ("*touchpad*") integrado ao chassi, com suporte a gestos multitoques e função de rolagem;
- 3.1.34. Deve acompanhar mouse externo, tipo laser ou LED, ambidestro, cor preta, com resolução mínima de 800 DPI, 3 (três) botões (incluindo botão de rolagem) e cabo USB;

CHASSI

- 3.1.35. Possuir características de circulação de ar para refrigeração adequadas, considerando os componentes a serem instalados no equipamento;
- 3.1.36. Possuir câmera (*webcam*) com resolução HD 720p (ou superior) com microfone digital embutido, integrada ao chassi na parte superior do monitor;
- 3.1.37. Possuir fenda (slot) para trava de segurança tipo *Kensington* (ou similar);
- 3.1.38. Ser predominantemente nas cores Preta ou Cinza;
- 3.1.39. Ser do mesmo fabricante do equipamento fornecido (sendo aceito o regime de OEM - *Original Equipment Manufacturer*);
- 3.1.40. Possuir base ou pés em material antiderrapante;

FONTE E BATERIA

- 3.1.41. Possuir alimentação elétrica por adaptador externo automático 100-240V AC, com potência adequada ao perfeito funcionamento do notebook;
- 3.1.42. Possuir cabo de força com conector macho padrão brasileiro (NBR 14136);
- 3.1.43. Possuir bateria com, no mínimo, 3 (três) células e capacidade de 40 Wh ou superior;

SISTEMA OPERACIONAL

- 3.1.44. Deve incluir sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional 64 bits Português Brasil pré-instalado, acompanhando a devida licença de uso perpétuo e chave de ativação gravada na BIOS ou no chassi;

COMPATIBILIDADE

- 3.1.45. Todos os componentes do microcomputador que interagem com o sistema operacional



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

(processador, placa principal, controladoras, unidades, interfaces e subsistemas) devem ser compatíveis com o sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional 64 bits;

- 3.1.46. Compatível com o padrão UEFI, comprovado por meio da presença do fabricante na lista de membros do site do *Unified Extensible Firmware Interface Forum* - UEFI (<https://uefi.org/members>), em qualquer categoria (*Promoters*, *Contributors* ou *Adopters*);
- 3.1.47. Os produtos ofertados devem possuir Certificação de Homologação pela ANATEL para dispositivo sem fio, comprovada por meio da respectiva etiqueta afixada ao equipamento, com validade vigente;

SUSTENTABILIDADE

- 3.1.48. Os produtos ofertados não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentrações superiores às recomendadas na diretiva ROHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*);
- 3.1.49. Os produtos ofertados devem atender às normas ambientais de sustentabilidade e aos requisitos de segurança para o usuário e instalações, de compatibilidade eletromagnética e de consumo de energia estabelecidos pelas normas aplicáveis;
- 3.1.50. Os produtos devem ser entregues acondicionados em embalagens de materiais recicláveis, individuais, lacradas e originais do fabricante, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;

GARANTIA

- 3.1.51. O equipamento ofertado deve possuir garantia técnica, incluindo bateria e demais componentes, de 36 (trinta e seis) meses "on-site";

OUTROS REQUISITOS

- 3.1.52. Todos os componentes devem ser novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;
- 3.1.53. Não devem ser usadas configurações ou ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora das condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como alterações de frequência de *clock* (*overclock*), características de disco ou de memória, bem como uso de recursos não recomendados pelo fabricante para a garantia da vida útil do equipamento;
- 3.1.54. O equipamento deve possuir estrutura robusta e bom acabamento, não apresentando deformações consideráveis durante o uso, manuseio ou transporte;
- 3.1.55. Os produtos devem ser fornecidos em pleno funcionamento, prontos para a utilização, acompanhando todos os acessórios, *drivers* e componentes (cabos, etc.);
- 3.1.56. Todas as licenças referentes a *softwares* e/ou *drivers* solicitados devem, se necessário, estar registradas para utilização do TRE/SC em modo definitivo (perpétuo), não sendo admitidas versões "*shareware*" ou "*trial*";
- 3.1.57. Deve acompanhar cada notebook 1 (uma) maleta/mochila para transporte, confeccionada em material resistente, que comporte o notebook, fonte, mouse e demais acessórios;

INFORMAÇÕES DE PROPOSTA

- 3.1.58. Deve ser informado na proposta:
- **Marca e modelo/código do processador cotado.**
 - **Marca e modelo/código do computador cotado.**
- 3.1.59. Poderá ser solicitada ao proponente melhor classificado a apresentação de catálogo ou a indicação de sítio da Internet no qual constem as informações necessárias à comprovação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

do atendimento do produto ofertado às especificações técnicas exigidas;

3.1.60. À licitante vencedora, será exigida:

- Apresentação de 1 (um) dos documentos comprobatórios descritos no subitem 2.12.2 (limitação à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente);
- Apresentação de 1 (um) dos documentos comprobatórios descritos no subitem 2.12.3 (desempenho ambiental dos produtos);
- Apresentação de 1 (um) dos documentos comprobatórios descritos no subitem 2.13.1 (segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética).

3.2. ITEM 2 - Microcomputador portátil notebook tipo 2 (avançado), com os seguintes requisitos mínimos:

TIPO

3.2.1. Microcomputador portátil tipo “*Notebook*”;

PROCESSADOR

- 3.2.2. Ser próprio para o segmento *Mobile* (não serão aceitos processadores para segmento *Desktop*);
- 3.2.3. Possuir frequência de *clock* base de, no mínimo, 2.6 GHz;
- 3.2.4. Possuir, no mínimo, 6 (seis) núcleos físicos (*cores*);
- 3.2.5. Possuir pontuação “*CPU Mark*” de, no mínimo, 11.300 pontos segundo os resultados de benchmark publicados em: www.cpubenchmark.net/cpu_list.php para o processador;
- 3.2.6. Além da pontuação mínima exigida no item anterior, o processador ofertado deverá constar da respectiva lista de processadores suportados pelo sistema operacional Microsoft Windows 11, disponíveis em:
- Processadores AMD:
<https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/design/minimum/supported/windows-11-supported-amd-processors>;
 - Processadores INTEL:
<https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/design/minimum/supported/windows-11-supported-intel-processors>;
- 3.2.7. Suportar sistemas e conjuntos de instruções operacionais de 32 e 64 bits;
- 3.2.8. Suportar tecnologias de extensões de virtualização;
- 3.2.9. Suportar memórias tipo DDR4 2666 MHz (ou superior);
- 3.2.10. Possuir sistema de dissipação de calor eficiente e corretamente dimensionado;
- 3.2.11. O modelo de processador ofertado não deve ter atingido a fase de fim do ciclo de vida útil (“*End-Of-Life*” ou “*Discontinued*”);
- 3.2.12. A marca/família e o código completo do processador ofertado devem estar explicitados na proposta comercial;

PLACA-MÃE

- 3.2.13. Possuir suporte total às características especificadas para o processador, placa de vídeo dedicada, memória RAM e dispositivo de armazenamento;
- 3.2.14. Possuir chipset plenamente compatível com o processador cotado, com suporte a tecnologias que implementam extensões de virtualização de I/O;
- 3.2.15. Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (*TPM - Trusted Platform Module*), versão 2.0 ou superior, com implementação discreta, integrada ou de *firmware*;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 3.2.16. Suportar, no mínimo, 16 (dezesesseis) GB de memória RAM e modo de “canal duplo” (*Dual Channel*);

BIOS/UEFI

- 3.2.17. Ser do idioma Português ou Inglês;
- 3.2.18. Ser atualizável por software e compatível com *Plug-and-Play*;
- 3.2.19. Possuir senha de proteção para acesso;
- 3.2.20. Permitir inserção de código de identificação do equipamento no BIOS com, no mínimo, 8 (oito) dígitos;
- 3.2.21. Permitir inicialização (*boot*) pela rede (“PXE”) e por USB;

MEMÓRIA RAM

- 3.2.22. Possuir 2 (dois) *slots* para módulos de memória padrão SODIMM;
- 3.2.23. Possuir memória de trabalho (RAM) total instalada de, no mínimo, 16 GB (dezesesseis gigabytes), por meio de 2 (dois) módulos de memória SDRAM SODIMM DDR4 2666 MHz ou superior (2x8GB), em modo de canal duplo (“*Dual Channel*”);

ARMAZENAMENTO

- 3.2.24. Possuir 1 (uma) unidade de disco de estado sólido SSD interna, padrão PCIe NVMe M.2 com capacidade nominal de armazenamento mínima de 512 GB;

PORTAS

- 3.2.25. Possuir 1 (uma) porta RJ-45 padrão 10/100/1000 Mbps, não sendo aceita solução USB para interface de rede;
- 3.2.26. Possuir, no mínimo, 3 (três) portas USB, sendo ao menos 1 (uma) porta padrão USB 3.2 Gen 1 ou superior Tipo-A e 1 (uma) porta padrão USB 3.2 Gen 1 ou superior Tipo-C;
- 3.2.27. Possuir conectores (ou conector “combo”) para entrada de microfone e saída de áudio, não sendo aceita solução USB para interface de áudio;
- 3.2.28. Possuir 1 (uma) porta HDMI 2.0 (ou superior), ou DisplayPort 1.4 (neste caso deve acompanhar adaptador para HDMI 2.0);

PLACA DE VÍDEO

- 3.2.29. Possuir placa de vídeo dedicada, própria para o segmento *Mobile*;
- 3.2.30. Possuir pontuação “*Passmark G3D Mark*” de, no mínimo, 10.000 pontos segundo os resultados de benchmark publicados em:
https://www.videocardbenchmark.net/gpu_list.php;
- 3.2.31. Possuir memória de, no mínimo, 6 (seis) GB padrão GDDR6;
- 3.2.32. Compatível com os padrões DirectX 12 e HDMI 2.0 (ou superior), e *Plug-and-Play*;
- 3.2.33. Possuir suporte a, no mínimo, 2 (dois) monitores independentes (imagens diferentes em cada monitor);

ÁUDIO

- 3.2.34. Possuir controladora de som integrada, de alta definição;
- 3.2.35. Possuir alto-falantes internos estéreos integrados;

REDE



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 3.2.36. Possuir controladora de rede Gigabit Ethernet totalmente compatível com os padrões IEEE 802.3, IEEE 802.3u e IEEE 802.3ab, com suporte a auto-negociação, *Full Duplex*, *Plug-And-Play*, *Wake-on-LAN* e configurável por software;
- 3.2.37. Possuir controladora de rede sem fio compatível com padrão *Wi-Fi* 802.11ac e suporte a *Bluetooth* 4.2 ou superior;

MONITOR

- 3.2.38. Possuir monitor de vídeo integrado tipo tela plana com retroiluminação por LED, de tamanho mínimo de 15,6" na diagonal, resolução Full HD (ou superior), taxa de atualização de 144 Hz, e tecnologia antirreflexo;

TECLADO

- 3.2.39. Possuir teclado integrado, padrão ABNT2 (com todos os caracteres da língua portuguesa, incluindo "ç" e acentuação);
- 3.2.40. Ser resistente ao desgaste e ao respingo de líquidos, com teclas pretas ou cinzas;

MOUSE/APONTADOR

- 3.2.41. Possuir painel tátil apontador ("*touchpad*") integrado ao chassi, com suporte a gestos multitoques e função de rolagem;
- 3.2.42. Deve acompanhar mouse externo, tipo laser ou LED, ambidestro, cor preta, com resolução mínima de 1.000 DPI, 3 (três) botões (incluindo botão de rolagem) e cabo USB;

CHASSI

- 3.2.43. Possuir componentes e características de circulação de ar para refrigeração adequada, considerando os componentes a serem instalados no equipamento;
- 3.2.44. Possuir câmera (*webcam*) com resolução HD 720p (ou superior) com microfone digital embutido, integrada ao chassi na parte superior do monitor;
- 3.2.45. Possuir fenda (*slot*) para trava de segurança tipo *Kensington* (ou similar);
- 3.2.46. Ser predominantemente nas cores Preta ou Cinza;
- 3.2.47. Ser do mesmo fabricante do equipamento fornecido (sendo aceito o regime de OEM - *Original Equipment Manufacturer*);
- 3.2.48. Possuir base ou pés em material antiderrapante;

FONTE E BATERIA

- 3.2.49. Possuir alimentação elétrica por adaptador externo automático 100-240V AC, com potência capaz de suportar toda a configuração do equipamento, considerando especialmente as recomendações da placa de vídeo dedicada ofertada;
- 3.2.50. Possuir cabo de força com conector macho padrão brasileiro (NBR 14136);
- 3.2.51. Possuir bateria com, no mínimo, 4 (quatro) células e capacidade de 68 Wh ou superior;

SISTEMA OPERACIONAL

- 3.2.52. Deve incluir sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional 64 bits Português Brasil pré-instalado, acompanhando a devida licença de uso perpétuo e chave de ativação gravada na BIOS ou no chassi;

COMPATIBILIDADE

- 3.2.53. Todos os componentes do microcomputador que interagem com o sistema operacional



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

(processador, placa principal, controladoras, unidades, interfaces e subsistemas) devem ser compatíveis com o sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional 64 bits;

- 3.2.54. Compatível com o padrão UEFI, comprovado por meio da presença do fabricante na lista de membros do site do *Unified Extensible Firmware Interface Forum - UEFI* (<https://uefi.org/members>), em qualquer categoria (*Promoters, Contributors* ou *Adopters*);
- 3.2.55. Os produtos ofertados devem possuir Certificação de Homologação pela ANATEL para dispositivo sem fio, comprovada por meio da respectiva etiqueta afixada ao equipamento, com validade vigente;

SUSTENTABILIDADE

- 3.2.56. Os produtos ofertados não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentrações superiores às recomendadas na diretiva ROHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*);
- 3.2.57. Os produtos ofertados devem atender às normas ambientais de sustentabilidade e aos requisitos de segurança para o usuário e instalações, de compatibilidade eletromagnética e de consumo de energia estabelecidos pelas normas aplicáveis;
- 3.2.58. Os produtos devem ser entregues acondicionados em embalagens de materiais recicláveis, individuais, lacradas e originais do fabricante, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;

GARANTIA

- 3.2.59. O equipamento ofertado deve possuir garantia técnica, incluindo bateria, placa de vídeo e demais componentes, de 36 (trinta e seis) meses "on-site";

OUTROS REQUISITOS

- 3.2.60. Todos os componentes devem ser novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;
- 3.2.61. Não devem ser usadas configurações ou ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora das condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como alterações de frequência de *clock (overclock)*, características de disco ou de memória, bem como uso de recursos não recomendados pelo fabricante para a garantia da vida útil do equipamento;
- 3.2.62. O equipamento deve possuir estrutura robusta e bom acabamento, não apresentando deformações consideráveis durante o uso, manuseio ou transporte;
- 3.2.63. Os produtos devem ser fornecidos em pleno funcionamento, prontos para a utilização, acompanhando todos os acessórios, *drivers* e componentes (cabos, etc.);
- 3.2.64. Todas as licenças referentes a *softwares* e/ou *drivers* solicitados devem, se necessário, estar registradas para utilização do TRE/SC em modo definitivo (perpétuo), não sendo admitidas versões "*shareware*" ou "*trial*";
- 3.2.65. Deve acompanhar cada notebook 1 (uma) maleta/mochila para transporte, confeccionada em material resistente, que comporte o notebook, fonte, mouse e demais acessórios;

INFORMAÇÕES DE PROPOSTA

- 3.2.66. Deve ser informado na proposta:
- **Marca e modelo/código do processador cotado.**
 - **Marca e modelo/código do computador cotado.**
- 3.2.67. Poderá ser solicitada ao proponente melhor classificado a apresentação de catálogo ou a indicação de sítio da Internet no qual constem as informações necessárias à comprovação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

do atendimento do produto ofertado às especificações técnicas exigidas;

3.2.68. À licitante vencedora, será exigida:

- Apresentação de 1 (um) dos documentos comprobatórios descritos no subitem 2.12.2 (limitação à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente);
- Apresentação de 1 (um) dos documentos comprobatórios descritos no subitem 2.12.3 (desempenho ambiental dos produtos);
- Apresentação de 1 (um) dos documentos comprobatórios descritos no subitem 2.13.1 (segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética).

3.3. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

N/D.

3.4. Códigos SIASG

Código: 98191.

3.4.1. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

Florianópolis, em 21 de setembro de 2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE/SC e da Contratada

- 1.1.1. A função de Gestor do Contrato caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE/SC (SGATI), ou seu substituto, ou seu superior imediato, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 68, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015-130, telefone (48) 3251-7459 e endereço eletrônico: csit-sgati@tre-sc.jus.br.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- 1.2.1. A Contratada deve entregar os notebooks à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n.º 68, 2º andar, Centro, Florianópolis/SC, em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- 1.2.2. A Contratada deverá disponibilizar atendimento técnico para abertura de chamados durante o período de garantia dos equipamentos ofertados, dentro do horário comercial, devendo ser informados ao Gestor do Contrato, no mínimo, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência e abertura dos chamados;
- 1.2.3. A Contratada deverá prestar as assistências técnicas na Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, localizada à Rua Esteves Júnior, n.º 68, 2º andar, Centro, Florianópolis, SC, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;
- 1.2.4. A Contratada deverá solucionar o defeito apresentado em um prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do dia da abertura do chamado, para retorno do equipamento à plena operação;
- 1.2.5. A Contratada deverá manter seus funcionários, quando em serviço nas dependências do TRE/SC, devidamente identificados por crachá, devendo responder por quaisquer danos, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a prestação dos serviços;
- 1.2.6. A Contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer dado pessoal de usuários ou de terceiros a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de assistência técnica, executando o objeto em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

1.3. Instrumentos Formais

- 1.3.1. Será firmado contrato com a empresa vencedora.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.4. Prazos de Garantia

- 1.4.1. A Contratada deverá dar garantia aos produtos, prestando assistência técnica local ("on-site"), sob demanda, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo;
- 1.4.2. É obrigação da Contratada a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos produtos, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 1.4.3. Dentro do prazo de garantia, a Contratada obriga-se a realizar manutenções corretivas dos equipamentos, ou seja, reparações, sob demanda, de vícios e defeitos eventualmente verificados nos equipamentos, realizando a troca de peças, baterias, placas e demais componentes sempre que necessário ao adequado funcionamento do produto e de suas partes, exceto quando comprovado mau uso, imperícia ou negligência dos usuários, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- 1.4.4. A Contratada deverá fornecer peças de reposição originais durante todo o período de garantia, podendo ser utilizadas peças de tecnologia mais recente, também originais, de desempenho igual ou superior;

1.5. Acompanhamento do Contrato

- 1.5.1. A comunicação entre o TRE/SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico, e-mail ou pessoalmente, no local da prestação dos serviços.
 - Seção de Gestão de Ativos de TI
 - Titular da Chefia: Sr. Rogério Valdir da Silva;
 - Telefone: (48) 3251-7459;
 - Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 2º andar, 88015-130, Florianópolis/SC;
 - E-mail: csit-sgati@tre-sc.jus.br e rogerio@tre-sc.jus.br.
- 1.5.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da entrega do objeto e da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pelo titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE/SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato.
- 1.5.3. A Fiscalização terá autoridade para:
 - a) Solicitar a imediata retirada de qualquer membro da equipe da Contratada que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às orientações do Gestor do Contrato, não implicando em modificações de prazo ou de condições contratuais;
 - b) Exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
 - c) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;
 - d) Esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- e) Determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRE/SC.
- 1.5.4. A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após os serviços.
- 1.5.5. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à SGATI/CSIT/STI do TRE/SC.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- 1.6.1. Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.
- 1.6.2. Os materiais entregues serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a existência de eventuais avarias, bem como a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta. Será feita a contagem de todo o quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas e, não sendo possível verificar item a item, haverá conferência por amostragem.
- 1.6.3. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.
- 1.6.4. O recebimento definitivo dar-se-á em até:
 - a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

- 1.7.1. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:
 - a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

- 1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições da licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.
- 1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e serão descredenciados no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o contratado que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
 - a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
 - b) Não entregar a documentação exigida no edital;
 - c) Apresentar documentação falsa;
 - d) Causar o atraso na execução do objeto;
 - e) Não manter a proposta;
 - f) Falhar na execução do contrato;
 - g) Fraudar a execução do contrato;
 - h) Comportar-se de modo inidôneo;
 - i) Declarar informações falsas; e
 - j) Cometer fraude fiscal.
 - k) Não entregar a amostra de produto ofertado.
- 1.11.3. Para os fins do contido na alínea "h" do subitem anterior, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.
- 1.11.4. Para os casos não previstos poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial desta licitação, as seguintes penalidades:
 - a) Advertência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) No caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
 - c) No caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
 - d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 1.11.5. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos objeto desta licitação, bem como eventuais substituições de produtos sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a entrega dos produtos.